



Educação Libertadora e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: perspectivas críticas para a sustentabilidade.

Liberating Education and the Sustainable Development Goals: Critical Perspectives for Sustainability.

Deyseane Maria Araujo Lima¹
Verônica Salgueiro do Nascimento²

RESUMO: Esse artigo propõe um diálogo entre a Educação Libertadora de Paulo Freire e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com enfoque na Educação de Qualidade (ODS4), estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). É baseado no princípio de que a educação deve contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e transformar as estruturas sociais que produzem e reproduzem, propiciando situações de exclusão social e desigualdades. A partir de uma abordagem qualitativa, com enfoque na pesquisa bibliográfica, com base nos materiais já produzidos sobre o assunto, o estudo busca aprofundar o conceito de sustentabilidade e discute as possibilidades da Educação Libertadora na transformação social dos seres humanos e da sociedade. A dialogicidade, a amorosidade, o reconhecimento dos saberes populares e a valorização da experiência vivida são destacados como elementos essenciais para uma educação comprometida com a transformação social. É importante ressaltar que a sustentabilidade inclua os processos educativos formais e não formais, que envolvem formação de educadores(as), inclusão no projeto político pedagógico, presente nas práticas sociais e comunitárias, entre outros. Concluímos que a articulação entre a Educação Libertadora e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável pode contribuir para o resgate do caráter ético-político da educação e para a construção de estratégias que promovam a sustentabilidade da vida focadas nos direitos humanos, na justiça social e no cuidado ambiental.

Palavras-chave: Educação Libertadora; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas; Sustentabilidade; Educação e Qualidade.

ABSTRACT: This article proposes a dialogue between Paulo Freire's Pedagogy of Liberation and the Sustainable Development Goals (SDGs), with a particular focus on Quality Education

¹Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Psicologia (UFC). Estágio Pós-doutoral (em andamento) em avaliação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará. Especialista em Educação Inclusiva (UECE) e Educação a Distância (SENAC/CE). Especialista em Psicologia Clínica pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Psicóloga formada pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). E-mail: deyseanelima@yahoo.com.br

²Psicóloga. Doutora em Educação (UFC). Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: vesalgueiro@ufc.br

(SDG 4), as outlined in the United Nations 2030 Agenda. Grounded in the principle that education should contribute to the formation of critical subjects capable of understanding and transforming the social structures that generate and perpetuate exclusion and inequality, this study adopts a qualitative approach, centered on bibliographic research. It aims to deepen the understanding of sustainability and explore the transformative potential of Freirean education in relation to both individuals and society. Dialogical relations, affection, the recognition of popular knowledge, and the appreciation of lived experience are emphasized as key elements of an education committed to social transformation. The paper highlights the importance of integrating sustainability into both formal and informal educational processes, including teacher training, pedagogical projects, and community practices. It concludes that aligning the principles of the Pedagogy of Liberation with the SDGs can help reclaim the ethical-political nature of education and support the development of strategies aimed at sustaining life, grounded in human rights, social justice, and environmental care. Keywords: Pedagogy of Liberation; Sustainable Development Goals; Public Policies; Sustainability; Quality Education.

INTRODUÇÃO

A Educação Libertadora, para Freire (2019), critica a transmissão bancária de conteúdos, pois se baseia no diálogo entre saberes científicos e populares, bem como na valorização da experiência vivida como ponto de partida para a construção de conhecimentos entre educandos(as) e educadores(as) mediatizados pelo mundo como sujeitos históricos e capazes de realizar a leitura do mundo. É uma prática comprometida com a transformação social, desvelando a realidade, possibilitando a conscientização, problematizando e amenizando as situações de exclusão.

A partir deste posicionamento, podemos refletir sobre a ética do cuidado e o processo de responsabilização coletiva, desconstruindo as relações de exploração e de dominação da natureza, elementos que fazem parte da degradação ambiental e da crise climática atual, que representa a dificuldade do ser humano em se perceber como integrado a natureza e a busca por formas sustentáveis de se relacionar com o ambiente.

A Educação para a Sustentabilidade, para Araújo e Silva (2024), conforme proposta pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), conecta o processo educativo a uma filosofia que visa a solidariedade e a formação dos seres humanos, priorizando a aprendizagem no decorrer da vida, com ênfase na ética e solidariedade. Este enfoque busca integrar os âmbitos: econômico, ambiental, social e cultural, dentro de uma perspectiva sustentável. A aproximação do conhecimento científico com os saberes populares, ou seja, a realidade cotidiana, é fundamental para a compreensão de temas relevantes, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que são essenciais para a constituição de políticas públicas que se foquem no enfrentamento das questões ambientais atuais.

A Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), constitui um compromisso coletivo com ênfase na sustentabilidade, articulando dimensões econômicas,

sociais, ambientais, culturais e políticas. O propósito central é assegurar condições dignas de vida à população, promovendo o bem-estar humano e o acesso a direitos fundamentais, sem comprometer os recursos naturais e as possibilidades de sobrevivência das futuras gerações. (Moreira, 2019).

Foi aprovada em 2015 por 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), a Agenda 2030 organiza-se em torno de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desdobrados em 169 metas interdependentes. Esses objetivos orientam ações globais e locais voltadas à erradicação da pobreza, à promoção da equidade, à proteção ambiental e a implementação de políticas públicas comprometidas com a cidadania e justiça social. Tais metas devem ser alcançados até 2030, que demandam o engajamento coletivo de governos, instituições, educadores(as), pesquisadores(as) e comunidades na construção de sociedades mais sustentáveis e inclusivas (Moreira, 2019).

É uma convocação ética e estratégica para que governos, instituições e sociedade civil atuem na construção de um contexto mais justo e ambientalmente responsável.

O objetivo deste artigo é compreender a relação entre os pressupostos da Educação Libertadora freireano e os compromissos ético-sociais da Agenda 2030 da ONU, no que se refere aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em especial o “ODS 4 – Educação de Qualidade”, com ênfase na sustentabilidade.

Nesta investigação, adotamos uma pesquisa qualitativa, que de acordo com Minayo (2020), em investigar os significados, as motivações e contextos sociais das intervenções humanas, que se relaciona com a subjetividade do(a) pesquisador(a), que tem o intuito de identificar e interpretar os textos e materiais produzidos com o objeto de pesquisa, como no caso de uma pesquisa bibliográfica.

Realizamos a pesquisa bibliográfica narrativa, que, segundo Dos Santos Batista e Kumada (2020), permite ao pesquisador selecionar livremente obras relevantes ao tema. Essa abordagem possibilita uma compreensão ampla dos conceitos e práticas já desenvolvidas, além de facilitar a identificação de autores(as) e estudos atualizados que são referência na área.

Foram selecionados artigos científicos publicados entre 2010 e 2024, de modo a contemplar publicações recentes e que estejam disponíveis em bases de dados como Scielo (Biblioteca Científica Eletrônica Online), Google Scholar e CAPES Periódicos. Além de livros de referência na área, como Paulo Freire, Gadotti, Boff e Ventura. Foram utilizados documentos oficiais da ONU, principalmente a Agenda 2030.

Os critérios de inclusão envolveram a relevância para os temas de sustentabilidade, Agenda 2030, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como a produção teórica vinculada à Educação Libertadora e à obra de Paulo Freire e produções com consistência teórico-metodológica. Foram excluídos textos repetitivos, de baixa pertinência ou que não dialogavam com a temática central do artigo.

O processo de análise desenvolveu-se a partir das seguintes etapas: Primeiramente,

realizou-se a leitura exploratória das obras selecionadas, com o objetivo de identificar artigos e livros relevantes em consonância com os objetivos da pesquisa. Em seguida, procedeu-se com uma leitura seletiva e crítica, na qual foram examinadas as convergências, divergências e contribuições originais de cada autor(a).

A síntese dos materiais analisados ocorreu por meio de uma abordagem narrativa, que buscou integrar os diferentes referenciais teóricos de forma articulada. Nesse processo, foram considerados tanto os documentos oficiais da ONU quanto pesquisas científicas recentes e obras clássicas de referência. A análise privilegiou perspectivas críticas e emancipatórias, possibilitando estabelecer um diálogo consistente entre a Educação Libertadora e os ODS.

A partir desse momento, as obras foram organizadas em três eixos temáticos, que compõem a estrutura do artigo a seguir: 1) Agenda 2030 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); 2) Sustentabilidade e Educação Libertadora e 3) Diálogo entre a ODS (Educação de Qualidade) e Educação Libertadora de Paulo Freire.

1) AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).

A Agenda 2030 para a sustentabilidade da vida, adotada pelas Nações Unidas (ONU) em 2015, representa um compromisso coletivo dos países em enfrentar desafios globais urgentes por meio de uma abordagem integrada que considera os seguintes aspectos: econômico, social e ambiental (ONU, 2015).

A Agenda 2030 propõe um compromisso ético e coletivo com a construção de um mundo mais justo, digno e sustentável, vinculando-se a solidariedade, a escuta e a corresponsabilidade entre os seres humanos, a partir de cinco eixos fundamentais: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias. É importante amenizar situações de pobreza, a garantia da dignidade humana e o cuidado ambiental e o enfrentamento das situações de exclusão. Apresenta o convite a ações articuladas que promovam o bem viver, a justiça social e o cuidado com a vida em suas manifestações, reafirmando que não há sustentabilidade sem paz, sem justiça social e sem inclusão (ONU, 2015).

Os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) fazem parte da Agenda 2030, que é um compromisso com 193 países e que envolve 17 objetivos e 169 metas, que:

Envolve uma diversidade de campos de atuação que transitam pela erradicação da pobreza e da fome; saúde e bem-estar; educação; igualdade de gênero; acesso à água potável e saneamento; energia limpa; trabalho decente; crescimento econômico sustentável; redução das desigualdades sociais; sustentabilidade da vida; inovações em infraestrutura; consumo responsável; cidades saudáveis; responsabilidade climática; redução das desigualdades; instituições eficazes; e paz social (Moreira, 2019, p.23)

É importante destacar que os ODS dialogam entre si, e ações em um objetivo podem impactar os outros objetivos. Destes objetivos, para este estudo, destaca-se a meta voltada

à garantia de educação de qualidade (ODS 4), que tem relação com à promoção de saúde e bem-estar (ODS 3) e à redução das desigualdades (ODS 10), por exemplo.

O objetivo 4 refere-se à “Educação de Qualidade” que visa assegurar a educação inclusiva, e promover oportunidades de ensino e aprendizagem no decorrer da existência. Este objetivo ocupa um lugar central na Agenda, sendo reconhecido como suporte para a realização de outros objetivos.

A ODS 4 da Agenda 2030, para a ONU (2015) estabelece objetivos para garantir o acesso universal à educação de qualidade, equitativa e inclusiva em todos os níveis. Entre os principais compromissos estão: assegurar que as crianças completem o ensino primário e secundário com aprendizagem significativa; promover o desenvolvimento integral na primeira infância; ampliar o acesso ao ensino técnico, profissional e superior; a educação que promova posteriormente trabalho decente e empreendedorismo; e eliminar disparidades de gênero e desigualdades no acesso à educação, especialmente para pessoas com deficiência, povos indígenas, sujeitos em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Preconiza a valorização da diversidade cultural, a promoção dos direitos humanos, da cidadania global, igualdade de gênero, promoção de cultura de paz e não-violência e da sustentabilidade da vida por meio da educação. Além disso, destaca a necessidade de ambientes escolares seguros, inclusivos e acessíveis, a expansão de bolsas de estudos internacionais, e a formação de educadores(as) qualificados, sobretudo em países em desenvolvimento. É um compromisso com uma educação transformadora, que reconheça a pluralidade dos sujeitos e suas realidades (ONU, 2015).

Ao integrar os pressupostos dos ODS, é fundamental reconhecer que as políticas públicas são construídas, implementadas e avaliadas por sujeitos inseridos em contextos históricos, sociais e culturais. São os seres humanos, com suas demandas, vivências e lutas, que formulam essas políticas a partir de necessidades sociais e coletivas.

[...] A definição de políticas públicas em um dado território é o reflexo das relações de poder que prevalecem em um dado período. Daí se depreende que são fruto de escolhas determinadas por valores e intencionalidades. A participação social no processo de discussão dos problemas públicos, e no planejamento de como resolvê-los, contribui para que se definam políticas públicas mais adequadas aos seus anseios (Chacon e Nascimento, 2020, p. 79).

Assim, as políticas públicas assumem um papel decisivo ao expressarem, por meio de estratégias e posicionamentos, o compromisso social com uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Reafirma-se a possibilidade de práticas educativas que contribuam para a sustentabilidade da vida, mas que também fortaleçam a liberdade, a dignidade humana e participação social. Essa articulação essencial para que a educação supere uma lógica reprodutora de desigualdades e se afirme como um meio ético, crítico e afetivo de transformação.

2) SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO LIBERTADORA

O contexto atual vivencia uma crise ambiental que é baseada em uma lógica utilitarista e consumista, sustentada pelos pilares do neoliberalismo, do produtivismo desenfreado, das relações frágeis e da exploração exacerbada de recursos naturais. Dessa forma, a relação entre o ser humano e a natureza que tem sido antropocêntrica, pois representa o domínio e a ação humana sobre o ambiente.

Diante da crise ambiental, suscita posicionamento crítico sobre a sustentabilidade como estratégias de construção de uma nova forma de pensar e agir com a natureza, seguindo os princípios biocêntricos, que preconiza relações mais saudáveis entre meio ambiente e seres humanos.

De acordo com Gadotti (2008, p.75) “a sustentabilidade representa o sonho de bem viver; sustentabilidade é equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, é harmonia entre os diferentes”.

A sustentabilidade, para Boff (2012), é a possibilidade de manter o equilíbrio da natureza e a vitalidade da Mãe Terra. E visa assegurar as condições de sobrevivência dos seres humanos e dos demais seres vivos, reconhecendo os limites do modelo de desenvolvimento econômico vigente e adoção de medidas que reflitam sobre a finitude dos recursos naturais, a fim de promover a convivência mais saudável entre os seres humanos e a natureza.

[...] a expressão sustentabilidade, que reconhecemos como polissêmica e controversa, é usada sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar, salientando questões relacionadas à diversidade cultural, à solidariedade com o planeta (e sua biodiversidade), aos valores éticos e de equidade, igualdade de direitos, justiça e autonomia. Em seu sentido elementar, a sustentabilidade remete à busca de um desenvolvimento econômico e social capaz de voltar-se às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (Ventura, 2020, p. 1).

A sustentabilidade da vida busca uma integração entre a questão ambiental com a econômica e social, ou seja, não se limita à preservação ambiental, mas exige uma reconfiguração profunda das formas de existência, das relações de poder e das formas de produção e de consumo, orientada por princípios de solidariedade, cuidado ambiental e respeito à diversidade.

As práticas educativas sustentáveis são processos educacionais que se focam na sustentabilidade da vida em diversos aspectos (ambiental, social, econômica, cultural, ética, entre outros) em que educadores(as) e educandos(as) são sujeitos críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e solidária, que visam a cidadania planetária.

A Educação Libertadora torna-se uma práxis educativa sustentável ao promover a autonomia, a dialogicidade e a responsabilização coletiva, valorizando os saberes populares,

a diversidade, o protagonismo dos sujeitos e desenvolvimento do sujeito comunitário, bem como o desenvolvimento da comunidade. Ao invés de impor conteúdos prontos e descontextualizados, a proposta freiriana busca criar condições para que educadores(as) e educandos(as) se reconheçam como parte integrante do mundo e, portanto, corresponsáveis pela sua preservação, cuidado e transformação.

Segundo Freire e Shor (2021), a Educação Libertadora é um ato ético-político, que recusa a neutralidade no processo educativo e reconhece o papel do(a) educador(a) na formação de sujeitos críticos e históricos. O processo de ensino e aprendizagem é um ato de coragem e responsabilidade em um contexto repleto de contradições. E propõe enfrentar os medos que cristalizam a ação docente e promovem a ousadia necessária para transformar a realidade. É um enfrentamento coletivo e não social, perpassa a relação entre educador(a), educandos(as), gestão escolar, comunidade e sociedade, que se comprometem com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

A prática educativa sustentável reconhece o processo de formação de educadores(as) e educandos(as) críticos é formar cidadãos ambientais, cidadãos ecológicos, capazes de compreender as causas históricas da crise ambiental e de construir uma atuação para superá-las. Assim, ultrapassa a dimensão ecológica em um processo baseado na escuta, no diálogo e na participação ativa entre sujeitos e ambiente. E promove a sustentabilidade ao construir estratégias para o esperar, a solidariedade e o compromisso com a transformação social e ambiental, assumindo que educar é um modo de intervir no mundo e de fazê-lo com consciência crítica e da ética do cuidado.

3) DIÁLOGO ENTRE A ODS (EDUCAÇÃO DE QUALIDADE) E EDUCAÇÃO LIBERTADORA DE PAULO FREIRE.

Na sociedade atual, é fundamental problematizar que tipo de educação está sendo promovida e quais concepções de educandos(as)/educadores(as) e de conhecimento que são vigentes. A partir disso, refletimos sobre a proposta de Educação Libertadora de Paulo Freire como concepção teórica, prática e vivencial desta prática educativa voltada para a sustentabilidade da vida.

Ao relacionar o ODS 4 (Educação de Qualidade) com a Educação Libertadora de Paulo Freire, é possível enfatizar o direito à educação, que ultrapassa indicadores de acesso e permanência escolar, incorporando a dimensão emancipatória e participativa do processo educativo. Trata-se de compreender a educação não apenas como um instrumento de preparação para o mercado de trabalho, mas como um processo de formação integral do ser humano em sua historicidade, inserido em contextos culturais, políticos e sociais específicos.

Para Freire (2019), a educação requer um posicionamento político, devendo ser orientada pela humanização dos seres humanos, pela consciência crítica e pela transformação da realidade. A Educação Libertadora constitui um espaço de diálogo, escuta e práxis (ação

- prática, reflexão - teoria e compromisso social), no qual educadores(as) e educandos(as) se reconhecem como sujeitos sócio-históricos e capazes de intervir com o mundo, visando uma educação problematizadora, em que os sujeitos desvelam o mundo e se desvelam como sujeitos, ou seja, são convidados a ler criticamente o mundo para modificá-lo e se transformar também.

[...] Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerentes. Me parece fundamental sublinhar, no horizontal da compreensão que tenho do ser humano como presença no mundo, que mulheres e homens somos muito mais do que seres adaptáveis às condições objetivas em que nos achamos. Na medida mesma em que nos tornamos capazes de reconhecer a capacidade de nos adaptar à concretude para melhor operar nos foi possível assumir-nos como seres transformadores. E é na condição de seres transformadores que percebemos que a nossa possibilidade de nos adaptar não esgota em nós o nosso estar no mundo. É porque podemos transformar o mundo, que estamos com ele e com os outros [...] (Freire, 2022, p. 36)

Nesta perspectiva, o direito à educação exige condições sociais para que o processo de ensino e de aprendizagem seja significativo, contextualizado, inclusivo e orientado pela escuta, pelo diálogo e pelo reconhecimento das experiências de vida dos(as) educandos(as) e dos(as) educadores(as). Nesse contexto, realiza-se uma crítica aos processos educativos que se mostram desvinculados da realidade, alheios à sociedade.

Desta maneira, percebemos que a dialogicidade, é ponto fundamental no pensamento freireano e deve promover a construção coletiva do conhecimento e valorizar a participação ativa dos sujeitos na definição dos sentidos do aprender e do ensinar. Sobre o diálogo,

[...] é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. Não é também discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a comprometer-se com a pronúncia do mundo, nem com buscar a verdade, mas com impor a sua. [...] (Freire e Guimarães, 2020, p. 18).

De acordo com Freire (2019), o diálogo afetivo requer o reconhecimento do outro como sujeito singular e diferente, estabelecendo-se em uma relação horizontal, fundamentada na reciprocidade, na amorosidade, na reflexão crítica e na ação transformadora com a realidade.

São justamente as diferenças que possibilitam o diálogo, pois nos convidam a compreender o(a) outro(a) como alteridade no seu contexto sociocultural e as transformações históricas que o constituem. Ampliando assim a compreensão da realidade, problematizando-a, visando desvelar as relações de opressão e os mecanismos de exclusão social presentes na dinâmica das interações humanas.

Nessa perspectiva, conforme Freire (2019), a amorosidade representa um compromisso ético com a humanidade, configurando-se como um ato de coragem. Trata-se da busca por um objetivo comum: a vocação ontológica para Ser Mais, a vocação ontológica para humanização dos sujeitos. Essa amorosidade expressa a confiança no potencial dos seres humanos para resistir às formas de opressão/exploração e afirmar sua capacidade de mudar o mundo com os outros. Desse modo, para Freire (2022, p. 343),

[...] amar não é um gesto, é um ato e um ato de libertação, que implica a comunhão dos sujeitos que amam e se amam. Por isto é que não é possível amor entre antagônicos, como também aí está a razão pela qual se impõe a superação da contradição dominadores-dominados para que haja amor verdadeiro. E esta é a tarefa que este amor impõe aos segundos, uma vez que a libertação de uns e de outros não pode ser feita a não ser por estes.

Faz-se necessário um processo educativo que reconheça e valorize o saber popular, vinculado ao diálogo como expressão do amor e como compromisso ético-político com a humanização dos seres humanos. Nesse modelo educativo de caráter libertador, torna-se possível a superação dos obstáculos presentes nas situações-limites, permitindo o surgimento a construção dos sonhos possíveis. Por meio de um diálogo amoroso, os sujeitos podem realizar a sua vocação ontológica de Ser Mais em comunhão com os(as) outros(as) mediatizados(as) pelo mundo (Freire, 2019).

A amorosidade, segundo Freire (2019), representa a expressão do Ser Mais com os outros e com o mundo nas experiências cotidianas, sendo um princípio ético e político que orienta a convivência e o respeito mútuo. Não se limita ao campo individual, mas se articula a uma ética do cuidado e do compromisso social, principalmente, quando se preconiza a educação como direito básico de todo ser humano.

Ao reconhecer a amorosidade como elemento estruturante da práxis pedagógica, reafirma-se a importância de políticas públicas que promovam uma educação de qualidade que seja inclusiva e crítica, conforme preconiza os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) da Agenda 2030 da ONU.

Assim, promover a amorosidade no campo educacional é promover a construção de ambientes escolares democráticos, afetivos e críticos, em que o saber seja produzido de forma comprometida com a transformação social. Constitui-se como um princípio ético-político fundamental que deve orientar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas educacionais com enfoque na justiça social.

Gadotti (2008) inspirado na Educação Libertadora nos convida a refletir sobre a sustentabilidade da vida, que representa um esperar para o cuidado ambiental e para o cuidado da humanidade pelos seres humanos. Assim, pressupõe uma Ecopedagogia (Educação para a vida sustentável ou Educação para a Sustentabilidade) que é uma práxis educativa que busca formação de uma consciência planetária, que une ética, política e

cuidado ambiental. E integra educação, política, saúde, esporte, ciências e uma multiplicidade de saberes.

Assim, o cumprimento do ODS 4 implica em políticas públicas que reconheçam a pluralidade dos saberes, combatam as desigualdades educacionais e assegurem práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social. A educação como práxis libertadora, é uma de suas condições fundamentais para que a sustentabilidade se realize de forma democrática e verdadeiramente humana.

Gadotti (2008) reflete sobre a concepção de pedagogia do oprimido freireana, que sinaliza as opressões que a natureza vivencia pela ação humana, pois é alvo de dominação e de exploração. Assim, a natureza não é considerada um recurso natural, mas um organismo vivo, interdependente dos seres vivos. A educação no sentido bancário reproduz estes modelos de exploração e de insustentabilidade da vida.

A Ecopedagogia, pautada na Educação Libertadora, compreende-se como uma pedagogia centrada na vida, que é um convite para educandos(as) e educadores(as) para construir uma educação socioambiental, que considera a sustentabilidade como a passagem de uma perspectiva antropocêntrica para biocêntrica e relacional. É importante educar para e pela sustentabilidade com uma metodologia dialógica e emancipadora. É uma educação cidadã, uma educação em valores, uma educação para um estilo de vida sustentável. (Gadotti, 2008).

Essas reflexões nos convidam a realizar transformações no modelo educativo, em que se introduzem a sustentabilidade como eixo estruturante no projeto político pedagógico, bem como a formação docente crítica e continuada para realizar tais práticas na educação formal. Além disso, deve ser voltada para a inclusão social de pessoas com deficiência. E que deve reconhecer um processo educativo antirracista. E que povos indígenas possam aprender a partir de sua cultura e contexto social.

Desse modo, é necessário construir estratégias pedagógicas que amenizem o abandono e a evasão escolar em parceria com a família e a comunidade, que perceba as necessidades e problemáticas vividas por diversas crianças e adolescentes, como no caso de situações de exclusão, trabalho infantil e violência.

Ressaltando a importância da transformação social do processo educacional, que pode ser na educação formal e não formal, como espaço de resistência e de esperança em interface com família, comunidade e sociedade. Também reflete sobre possibilidades de educação não-formal em diversos contextos, como nos centros comunitários, Organizações não governamentais (ONGS) e instituições sociais, com a presença de letramentos e oficinas com base na educação e valorização dos saberes locais, formação de educadores(as) populares e agentes comunitários com enfoque na saúde e direitos humanos, atuar em rede em parceria com postos de saúde e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), disponibilizar informações e encaminhamentos para atendimento psicológico para crianças,

adolescentes e famílias, entre outros.

A presença do pensamento freiriano nesse diálogo é estratégica não apenas ao denunciar os limites das políticas educacionais convencionais e bancárias, mas também para anunciar possibilidades de resistência, recriação e reinvenção da escola (formal) e os diversos processos educativos como espaço de formação crítica, cidadã, amorosa e democrática. Um exemplo de tais atividades é a constituição dos grupos de estudos, extensão e pesquisa nas universidades e faculdades, que promovam o diálogo, ação e o compromisso social com a comunidade e na formação dos seus estudantes. Ao enfatizar a dialogicidade e o compromisso com a sociedade, oferece perspectivas sustentáveis para uma educação transformadora, em sintonia com os princípios centrais da Agenda 2030.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar o diálogo entre Educação Libertadora de Paulo Freire e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com enfoque no ODS 4 - Educação de Qualidade que é um dos temas significativos da Agenda 2030, que coloca a práxis educativa como estratégia de problematização e compreensão da sustentabilidade da vida e visa um processo educativo que apresente uma relação dialógica com a natureza com enfoque na justiça social, emancipação do ser humano, vinculação afetiva pessoa-ambiente, transformação da relação entre ser humano e ambiente, e preservação da vida em todas as suas esferas. Além disso, criação, implementação e avaliação de políticas públicas que envolvam a relação entre ser humano e natureza.

A educação voltada para a sustentabilidade é um ato ético-político no processo de humanização dos seres humanos, que dialoga com os saberes populares com saberes acadêmicos, que possibilita a transformação da consciência ingênua em uma consciência crítica, da valorização da experiência de vida e da importância do contexto social, de propiciar reflexões sobre os diversos processos educativos formais e não formais com enfoque no cuidado ambiental, amorosidade e construção coletiva dos modos de ser com o mundo.

A partir dessas reflexões, as ODS com enfoque na Educação de Qualidade apresentam desafios para a sua concretização que implicam em problemáticas como as situações de exclusão e desigualdade social, dificuldades na formação docente, precarização o trabalho docente, evasão e abandono escolar, currículos descontextualizados, competição, vínculos frágeis entre educadores(as) e educandos(as), entre outros. E propomos algumas reflexões críticas para a sua realização em espaços formais e não formais de educação, como a presença da sustentabilidade no projeto político pedagógico e currículo escolar, formação docente crítica e contextualizada, espaços de diálogo nas comunidades e instituições sociais, processos educativos inclusivos e antirracistas, entre outros.

Desse modo, evidencia-se a educação como um ato político que se orienta pela construção de processos democráticos e comprometidos com uma ética do cuidado

humano e ambiental. Assim, recomendamos uma prática educativa dialógica que se constitui como lugar de afeto, resistência e transformação social, voltada para a autonomia, emancipação dos indivíduos e a presença de políticas públicas baseadas nos princípios da justiça socioambiental.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. F. F. de; SILVA, N. C. da. Percepções discentes sobre a educação para a sustentabilidade nos cursos de licenciatura em biologia da região amazônica paraense. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)*, v. 26, p. e47702, 2024.

BOFF, L. *Sustentabilidade: o que é? O que não é?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHACON, S. S.; NASCIMENTO, V. S. do. Para além do (pré)conceito e do discurso: proposta de avaliação de políticas públicas com base na sustentabilidade. *Revista AVAL*, Fortaleza, v. 4, n. 18, p. 62-87, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/aval/article/view/61650>. Acesso em: 16 jun. 2025.

DOS SANTOS BATISTA, L.; KUMADA, K. M. O. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, P. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, P.; SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. *Partir da infância: diálogos sobre educação*. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GADOTTI, M. Educação para a sustentabilidade. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 75-78, out. 2007/mar. 2008.

MINAYO, M. C. de S. Origem inusitada da pesquisa qualitativa em ciências sociais no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 27, n. 3, p. 919-932, jul. 2020.

MOREIRA, M. R. et al. O Brasil rumo a 2030? Percepções de especialistas brasileiros(as) em saúde sobre o potencial de o País cumprir os ODS. *Saúde em Debate*, v. 43, n. spe7, p. 22-35, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_amigo_pessoa_idosa/agenda2030.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

VENTURA, D. de F. L. et al. Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00040620>. Acesso em: 19 maio 2025.